



Império e imperialismo na teoria política contemporânea: repensando o elo entre acumulação e diferença com base em Partha Chatterjee e David Harvey¹

Pedro dos Santos de Borba²

Guilherme Figueredo Benzaquen³

Resumo: O artigo examina os conceitos de imperialismo e império conforme desenvolvidos por David Harvey e Partha Chatterjee. Harvey buscou atualizar o legado da economia política marxista sobre o imperialismo mediante as noções de “acumulação por despossessão” e “ajuste espaço-temporal”. Para Chatterjee, o império responde por uma forma política histórica, que governa com base na gestão da diferença colonial. A questão central é se existe um terreno em comum entre a “acumulação por despossessão” e a “diferença colonial” que permita reconciliar a sociologia dos impérios no bojo de uma teoria crítica antieurocêntrica.

1 Uma versão preliminar deste texto foi discutido no GT 43 – Teoria sociológica e crítica do contemporâneo do 44º Encontro Anual da ANPOCS. Para a realização dessa pesquisa, Pedro Borba contou com apoio da FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Processo SEI-260003/014830/2023) e Guilherme Benzaquen contou com apoio da FACEPE – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Processo BFP-0181-7.02/20) e do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo 173359/2023-0).

2 Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Rio de Janeiro – Brasil – pedroborba.cp@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0045-3248>.

3 Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Rio de Janeiro – Brasil – benzaquenguilherme@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6527-0958>.

Palavras-chave: Imperialismo; Império; Teoria Crítica; David Harvey; Partha Chatterjee.

Empire and imperialism in contemporary political theory: rethinking the link between accumulation and difference in Partha Chatterjee and David Harvey

Abstract: *The article examines the concepts of imperialism and empire as developed by David Harvey and Partha Chatterjee. Harvey sought to update the tradition of Marxist political economy on imperialism through the notions of “accumulation by dispossession” and “spatio-temporal adjustments”. For Chatterjee empire accounts for a historical political form, which rules on the basis of the management of colonial difference. The central question is whether there is a common ground between “accumulation by dispossession” and “colonial difference” that allows the sociology of empires to be reconciled within a critical anti-Eurocentric theory.*

Keywords: Imperialism; Empire; Critical Theory David Harvey; Partha Chatterjee.

Imperio e imperialismo en la teoría política contemporánea: repensando el enlace entre acumulación y diferencia a partir de Partha Chatterjee y David Harvey

Resúmen: El artículo examina los conceptos de imperialismo e imperio como fueron desarrollados por David Harvey y Partha Chatterjee. Harvey trató de actualizar el legado de la economía política marxista sobre el imperialismo mediante las nociones de “acumulación por desposesión” y “ajuste espacio-temporal”. Para Chatterjee el imperio da cuenta de una forma política histórica, que gobierna sobre la base de la gestión de la diferencia colonial. La cuestión central es si existe un terreno común entre la “acumulación por desposesión” y la “diferencia colonial” que permita conciliar la sociología de los imperios hacia una teoría crítica antieurocéntrica.

Palabras Clave: Imperialismo; Imperio; Teoría Crítica; David Harvey; Partha Chatterjee.

Introdução

A “Guerra ao Terror” liderada pelos Estados Unidos após 2001 recolocou na ordem do dia os debates em torno do imperialismo e do império (para um balanço, ver Foster, 2007). É forçoso notar que, mesmo recorrendo ocasionalmente ao legado de gerações progressas, parte relevante do debate crítico tende a reduzir o termo à concretude da política externa dos Estados Unidos, presumindo quase como intercambiáveis o conceito e o caso. Conforme as alusões ao império e ao imperialismo se tornavam mais corriqueiras, é natural que essas diluíssem sua precisão. Ao equiparar uma categoria analítica à condição empírica de um estado dominante no sistema interestatal, a categoria em si se torna secundária, como uma adjetivação *ex post* ao fenômeno. De certa maneira, salvo exceções notáveis, há um afastamento do propósito original do conceito, que era justamente interligar, do ponto de vista sociológico, as manifestações empíricas do expansionismo imperial aos processos sociais mais amplos que lhe tornavam inteligível.

Outra característica importante do debate inicial sobre o imperialismo era sua relação unívoca com uma forma política específica do começo do século XX: os impérios europeus então constituídos na África, na Ásia e no Caribe. Como mostraram Jordheim e Neumann (2011), a expressão “imperialismo” se consolida apenas no século XIX como uma conversão processual do termo “império”. Essa relação entre os termos vai se tornando menos imediata conforme os impérios se desagregam em lutas de libertação nacional no pós-Segunda Guerra. Nos anos 1960, quando os Estados Unidos encampam a guerra que a França perdera no Vietnã, já não está em questão a construção de uma administração colonial propriamente dita. O que se torna crucial, do ponto de vista teórico e político, era demonstrar a sobrevivência das determinações econômicas do militarismo mesmo quando este já não desemboca em impérios formais (Amin, 1977; Galtung, 1971; Magdoff, 1969). Dessa maneira, o significado de “império” subjacente ao imperialismo se torna mais metafórico e informal, ou ainda, há uma sutil divergência semântica entre os dois termos.

Isso é particularmente importante para situar uma bifurcação do campo nas últimas três décadas entre a teoria marxista do imperialismo, de um lado, e uma recuperação crescente do estudo sobre os impérios como forma política moderna, de outro. Nesta última, vale destacar os movimentos historiográficos que, inspirados pela crítica ao eurocentrismo, retrabalharam a modernidade política por meio das conexões mundiais, ou mesmo propuseram reescrever uma história “global” ou “transnacional” fora dos marcos geopolíticos dos estados

nacionais. Como parte desse processo, o império e o colonialismo ganharam lugar de destaque (Bayly, 2004; Benton, 2004; Cooper, 2005; Darwin, 2015; Eshe- rick, Kayali e Van Young, 2004; entre outros). O império adquire um sentido descritivo enquanto espaço político realmente existente, já não necessariamente incompatível com a modernidade. Nessa chave, o termo se presta também à reavaliação das experiências imperiais não-ocidentais ou periféricas, como os impérios turco-otomano, chinês, russo, iraniano ou austro-húngaro. Se o marxismo rumou para uma análise do imperialismo que prescinde de impérios propriamente ditos (Brewer, 2001; Fontes, 2010; Furno, 2022), a análise histórica sobre os impérios ampliou seu escopo de observação para além da modernidade ocidental, enquanto descolava cada vez mais do imperialismo como conceito próprio, ligado à economia política da industrialização capitalista.

Essa bifurcação tem consequências paradoxais para a teoria crítica e para a análise do tempo presente. Para a teoria crítica, ela cria uma dissociação contraintuitiva entre o marxismo e as críticas pós-coloniais que, de alguma maneira, foram responsáveis pela atualização dos significados do império como tecnologia de governo. Não obstante o apelo mais geral do “império” na década de 2000, os dois campos parecem cada vez mais lidar com problemas diferentes usando linguagens próprias. Para a análise do tempo presente, forma-se um ruído a respeito do significado do império e do imperialismo para além da conotação imediata do militarismo estadunidense no Oriente Médio e alhures. Com o revés da Guerra ao Terror, e a conseqüente perda de primazia geopolítica dos EUA, subsiste o desafio de atualizar o imperialismo como conceito sociológico. Em paralelo, a emergência de certo saudosismo revisionista a respeito da história colonial e imperial, especialmente no pensamento conservador contemporâneo, faz o manuseio dos termos continuar politicamente relevante⁴.

Este artigo busca contribuir a esse debate mediante um diálogo entre, de um lado, a renovação contemporânea da teoria marxista do imperialismo e, de outro, uma perspectiva pós-colonial que, ao conferir densidade conceitual ao poder imperial, também o emprega como operador de uma crítica do presente. Em comum, ambos os polos do diálogo buscam utilizar o binômio império/imperialismo para conectar história e teoria crítica. É certo que não cabe nos limites deste texto um balanço sistemático do que se produziu tanto no marxismo como no pós-colonialismo no rescaldo da Guerra ao Terror. Em lugar de

4 Um exemplo emblemático desse revisionismo é o artigo “*The case for colonialism*” (Gilley, 2017), cuja publicação pela *Third World Quarterly* motivou a saída de boa parte de seu conselho editorial em protesto. Posteriormente, Gilley seria convidado ao Parlamento Alemão pelo partido de extrema direita AfD (*Alternative für Deutschland*) para compartilhar suas visões sobre o colonialismo (Heinze, 2020).

operar com generalizações, optamos por delimitar o escopo a dois autores de referência desses campos: de um lado, o geógrafo marxista David Harvey, que revisitou a discussão de Rosa Luxemburgo sobre imperialismo para elaborar a noção de “acumulação por despossessão”, articulando-o à dimensão espaço-temporal e à teoria das crises da acumulação capitalista; de outro, o historiador pós-colonial Partha Chatterjee, que aprofundou o significado do império como prática cotidiana de governo, como representação discursiva e como historicidade específica. Além de esmiuçar os aportes desses autores, o artigo enseja um diálogo construtivo entre eles como base para uma sociologia política dos impérios. Nessa medida, desdobra a proposta metodológica que esboçamos anteriormente sobre a intersecção entre marxismo e pós-colonialismo (Borba e Benzaquen, 2020; Benzaquen e Borba, 2023). A formação imperial da modernidade é uma questão importante para os pós-coloniais, enquanto o impulso capitalista para o imperialismo continua sendo o terreno para um longo debate entre os marxistas. Nosso interesse é desenvolver a ideia de que os impérios não devem ser compreendidos analiticamente apenas por suas instituições políticas formais, mas também pela articulação que eles produziram historicamente entre a diferença colonial e a acumulação por desapropriação.

Essa proposta se desdobra em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, exploramos o percurso intelectual de Harvey em torno da renovação da teoria marxista do imperialismo, identificando sua originalidade e suas ambivalências. Na segunda parte, observamos como Chatterjee condensou o estudo sobre o império com base em uma teoria política pós-colonial. Na seção final, apresentaremos uma proposta de síntese aberta, que tem como argumento principal a defesa de que os impérios formais operaram como uma “mediação evanescente” (Jameson, 1973) na vinculação histórica entre acumulação por despossessão e diferença colonial, criando uma afinidade que se autonomiza e se reproduz em um mundo de estados soberanos. Além de reaproximar os termos império e imperialismo, essa proposta busca recolocar seu conteúdo sociológico em uma interface possível entre marxismo e pós-colonialismo.

Imperialismo em David Harvey: acumulação por despossessão e ajustes espaço-temporais

Nos seus primeiros textos dedicados à teoria marxista, Harvey (2006) demonstra como, já em Marx, o imperialismo pode ser entendido como parte constituinte e importante da reprodução capitalista. Apesar de Marx não ter

teorizado o imperialismo propriamente dito, a sua discussão acerca da acumulação primitiva e do colonialismo (Marx, 2013) teria como argumento central a demonstração de que as dinâmicas externas de despossessão existem sob a condição de reprodução das lógicas internas de expropriação do trabalhador. Porém, a explicação do papel do imperialismo e do colonialismo nesse processo de expansão e dominação não estaria resolvido na teoria marxiana e marxista da primeira metade do Século XX, o que impulsiona Harvey em seu esforço de fornecer contribuições para a análise da dinâmica espacial do capitalismo.

O imperialismo ocupa posição central em seu projeto intelectual, pois faz parte da temática que move seu trabalho: a intersecção entre as dinâmicas do capital e as desigualdades espaciais. Em uma revisão dos seus escritos, percebe-se que a forma como esse processo é teorizado pode ser dividida em três momentos. No primeiro momento – que começa com sua migração para os Estados Unidos e vai até o começo dos anos 2000 –, o autor está interessado em entender o imperialismo em relação ao desenvolvimento geográfico desigual. Nisso se fundamenta seu argumento de que é menos importante identificar formas e manifestações particulares do imperialismo do que o seu imperativo subjacente, i. e., a necessidade da expansão territorial e de ajustes espaciais para a acumulação capitalista. O segundo momento tem como marco a publicação do famoso *The new imperialism* (Harvey, 2003), com os debates que o seguiram. Nesse livro, o autor desenvolve uma reflexão acerca da articulação entre o imperialismo e o que chama de *acumulação por despossessão*. Isso lança luz sobre práticas violentas extraeconômicas que convivem com as práticas econômicas de reprodução ampliada do valor. É nesse período também que, ao utilizar a expressão “ajustes espaço-temporais”, são sistematizados alguns argumentos desenvolvidos anteriormente acerca das relações entre geografia e capitalismo. Por fim, nos últimos anos, há um abandono progressivo da categoria “imperialismo”, priorizando conceitos como ajustes espaço-temporais e acumulação por despossessão. Nas intervenções mais recentes de Harvey, a questão central é o valor em movimento e como isso se dá geograficamente, algo que a expressão “imperialismo” tornaria turvo. Esse último momento ainda foi pouco teorizado, sendo o abandono da categoria feito mais por omissão do que por uma argumentação sistemática.

Centraremos, aqui, nos conceitos de ajustes espaço-temporais e de acumulação por despossessão, pois nos permitem uma análise do imperialismo destinada a uma crítica do presente e são os mais relevantes daquilo que o autor chama de “forças motrizes” do imperialismo (Harvey, 2003).

Ao definir o capitalismo por sua necessidade constante de acumulação ampliada, Harvey formula uma teoria da dinâmica do capital que tem como questão central a maneira como o capitalismo lida com a tendência a crises de sobreacumulação. Esse tipo de crise ocorre quando há excedentes de capital e de força de trabalho que não conseguem se associar para manter a reprodução ampliada. Harvey percebe, então, a importância de dois processos interligados que podem ocorrer conjuntamente para a resolução desse problema: o “ajuste temporal” e o “ajuste espacial”. No primeiro processo, os excedentes são absorvidos por meio do deslocamento temporal do capital e dos trabalhadores para projetos de longo prazo ou gastos sociais que adiam a reentrada na circulação de valores de capital. O ajuste temporal resolveria o problema do excedente sem uso postergando a necessidade de efetivação dos lucros. O segundo processo, o ajuste espacial, é caracterizado pelo deslocamento do capital excessivo com a intenção de promoção de novas atividades produtivas – algo que, em sua teoria da crise, aparece como uma “crise de transposição geográfica”. Porém, essa expansão significaria apenas o adiamento da tendência à crise porque implica a inserção de outros territórios na lógica contraditória capitalista. A inserção pode, ainda, transformar lugares antes pouco rentáveis em competidores dos que buscavam anteriormente solucionar suas crises (Harvey, 2006, 2003, 2001). Ao explicar esses processos, Harvey explicita que o desenvolvimento geográfico desigual não é acidental, mas sim um processo inerente ao capitalismo.

O conceito de “acumulação por despossessão”, por sua vez, está baseado no raciocínio formulado por Rosa Luxemburgo (1970) acerca de um duplo aspecto da acumulação do capital: a produção de mais-valia e o imperialismo. A autora defendeu que as crises por subconsumo se originariam da incapacidade de os trabalhadores explorados consumirem e da decorrente falta de demanda efetiva. Com isso, surgiria o ímpeto imperialista no capitalismo, que buscaria e impor o consumo em formações sociais não capitalistas. Por mais que a teoria do subconsumo esteja hoje desacreditada, resta de profícua a percepção da necessidade do capital de absorção daquilo que lhe é externo. Nas palavras de Harvey (2003: 117),

a implicação é que os territórios não capitalistas deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio (o que poderia ser útil), mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terra de baixo custo e assim por diante. O ímpeto geral de toda lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos.

Se esse movimento de absorção do externo for considerado definitivo, o capital teria um limite lógico relativo ao quanto de externo ainda resta para ser absorvido. Uma das contribuições de Harvey em sua crítica a Luxemburgo é defender que esse não é o caso, pois, além de apropriação de um exterior preexistente, o capitalismo também se vale da criação do exterior para posterior apropriação.

Assim, Harvey se filia aos que sustentam que a “acumulação primitiva” continua sendo um importante processo na valorização do capital. O que seria, em Marx, um ato violento original baseado na desapropriação e responsável por fundar as possibilidades de reprodução do capital é transformado em um processo necessário para a reprodução constante do capitalismo. A acumulação por despossessão, então, contemplaria as diferentes iniciativas pelas quais a valorização do capital recorre à espoliação direta, contornando a troca voluntária de mercado graças ao poder político, subsidiando assim a reprodução ampliada com excedente e novas fronteiras de acumulação. Para o autor, na acumulação por despossessão contemporânea, alguns dos mecanismos do chamado por Marx de “acumulação primitiva” foram aprimorados, mas outros mecanismos surgiram (como, por exemplo, a propriedade intelectual).

Por entender a acumulação primitiva como o período de formação do capitalismo e por perceber continuidades de alguns de seus mecanismos, o autor decide renomeá-la para “acumulação por despossessão” para enfatizar sua permanência para além do contexto histórico originário. Dessa forma, Harvey defende que a acumulação por despossessão muitas vezes destrói o caminho aberto pela acumulação primitiva na busca de possibilidades de novas explorações, de criação de novos externos já antes interiorizados. Esse tipo de acumulação libera, portanto, um conjunto de ativos a pouco ou sem custo que podem ser apropriados pelo capital excedente, transformando-os em uso lucrativo. Há, portanto, duas formas do capital se reproduzir: a reprodução ampliada (produção crescente de mais-valia) e a acumulação por despossessão. Em termos históricos, Harvey identifica que a última tem ganhado preponderância desde 1973, o que tem consequências graves para a classe trabalhadora, de modo que esse “novo imperialismo” se conecta com seu argumento sobre o neoliberalismo como projeto de classe (Harvey, 2005).

Há duas críticas pertinentes à generalidade do conceito de acumulação por despossessão: de um lado, ele diluiria o caráter específico da acumulação primitiva, definido pela separação originária dos produtores dos meios de produção (Chatterjee, 2017); de outro, ele aglutinaria sob sua rubrica situações que não são peculiares, mas, antes, correspondem aos caminhos usuais da acumulação

capitalista, como o sobreendividamento dos trabalhadores ou a pressão exercida pelo agronegócio sobre famílias camponesas (Brenner, 2006). Por sua amplitude, o conceito proposto por Harvey ficaria em um meio-termo mal delimitado entre os extremos da acumulação primitiva, de onde partiu, e a reprodução ampliada para onde se dirige.

É preciso separar, contudo, o propósito analítico da categoria das confusões resultantes de sua aplicação. Em primeiro lugar, ela se presta justamente a interligar os diferentes cenários passados e presentes de proletarização, como reivindica Chatterjee (2017). Além disso, ao demonstrar que nem toda a extração violenta de excedente implica uma proletarização primária, ela permite concatenar conceitualmente outros contextos politicamente relevantes de espoliação do comum, de trabalho coagido e mercantilização forçada. Em segundo lugar, ainda que a exemplificação de Harvey induza à confusão na aplicação do conceito, é certo que a lógica da reprodução ampliada não é suficiente para explicar os métodos extraordinários de valorização do capital. Mesmo que haja sobreposições empíricas e casos-limite, isso não invalida a necessidade de diferenciá-las no plano teórico. Assim, *a acumulação por despossessão corresponde à suplementação, mediada pela coerção extra-econômica, dos circuitos de acumulação de capital orquestrados pela lei do valor.*

Por fim, é importante analisar mais detalhadamente o uso do termo “imperialismo” por Harvey, em especial no livro que o tornou célebre como um teórico do tema (Harvey, 2003). Publicado na iminência da Guerra do Iraque, *New Imperialism* atrela explicitamente sua discussão teórica ao militarismo neconservador nos Estados Unidos; porém, ainda assim, o autor reconhece a polissemia do termo imperialismo e a diversidade empírica de seus tipos. Diante disso, define analiticamente o “imperialismo capitalista” como:

uma fusão contraditória entre “a política do Estado e do império” (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território para fins políticos, econômicos e militares) e “os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia) (Harvey, 2003: 31).

O conceito se dedica, portanto, tanto às iniciativas estatais de controle de territórios para além de suas fronteiras quanto ao fluxo do capital que se expande no intuito de garantir sua crescente valorização; em outros termos, combina

uma lógica territorialista e uma lógica capitalista do poder. Para Harvey, esses dois fenômenos são interdependentes, mas distintos. Nesse duplo processo, há uma exploração econômica das desigualdades geográficas realizada contando com um papel ativo dos estados. Apesar da relação interdependente entre as duas lógicas, Harvey sustenta que uma característica distintiva do imperialismo capitalista é o predomínio, na maior parte do tempo, da lógica capitalista do poder (Harvey, 2003; ver também Arrighi, 1994).

Harvey (2007) defende, então, chamar o que estaria ocorrendo de “novo imperialismo” por um uso duplo da palavra “novo”. De uma parte, a novidade no imperialismo é a de que o capitalismo finalmente atingiu um estágio em que seus imperativos são globais. De outra parte, a palavra “novo” se faz necessária para demarcar uma teorização que dá conta daquilo que já acontecia e não era devidamente explicado. Sobre a insuficiência das teorias marxistas do imperialismo (como Lenin, Luxemburgo, Bukharin e Kautsky), Harvey defende que elas falharam em explicar as dinâmicas espaço-temporais construídas desde a primeira fase do imperialismo capitalista.

Nos últimos anos, entretanto, Harvey (2017a, 2017b) surpreendeu seus interlocutores ao indicar a necessidade de abandonar o uso da noção de imperialismo. Ele reconhece a estranheza de sua posição, mas defende que o “novo imperialismo” era uma demanda dos neoconservadores, ou seja, era um termo que exigia resposta. Harvey defende atualmente que se olhe menos para um conceito fixo de imperialismo e mais para as trocas instáveis de poderes hegemônicos. Ele critica o conceito de imperialismo por considerá-lo atrelado a relações entre nações quando o capitalismo contemporâneo teria importantes dinâmicas que não estão baseadas nessa lógica político-territorial. O que Harvey propõe é encontrarmos outra linguagem para falar de práticas “imperialistas” e que, se ainda assim nos propusermos a utilizar o termo, admitamos um sentido mais metafórico. Em resumo, sua proposta é a de que o problema não é o imperialismo, mas o capitalismo: capital como valor em movimento que tem dinâmicas espaciais. Percebemos que, a rigor, essa proposta, embora influenciada pelos rumos que o debate político tomou nos anos 2000, não é propriamente uma ruptura com o defendido nos primeiros momentos de sua teoria do imperialismo.

Os impérios e a política da diferença em Partha Chatterjee

A Conferência Materialismo Histórico, em 2013, sediou um debate intitulado “Marxismo e o legado dos Estudos Subalternos”, em que Partha Chatterjee supostamente deveria contrapor as críticas lançadas por Vivek Chibber, que

acabara de lançar seu *Postcolonial Theory and the Specter of Capital*. No final, o debate enveredou a uma situação inesperada: Chibber, que inicialmente assumira a defesa do marxismo contra o culturalismo pós-colonial, declarou que pouco importava se seus conceitos estavam ou não em acordo rigoroso com Marx, ao passo que Chatterjee defendeu os Estudos Subalternos como um prolongamento do marxismo. “É uma questão de ser marxista de uma maneira diferente, este era o projeto”, ele conclui. Em seguida, respondendo diretamente ao título do painel, Chatterjee resume que o “legado era precisamente este: *considerar o capitalismo em condições de diferença histórica*” (Chibber, Weinstein e Chatterjee, 2013).

À primeira vista, o tema da diferença histórica no desenvolvimento capitalista levaria quase que diretamente ao tema do imperialismo. Seu percurso, no entanto, não é tão simples. É certo que a alusão ao império é inescapável como referente concreto para os historiadores sul-asiáticos, como Chatterjee; contudo, é somente em um momento tardio de sua obra, especificamente em *Lineages of political society* (2011) e sobretudo em *Black hole of the empire* (2012), que ele teoricamente busca acessar a “história do império como uma prática global de poder” (Chatterjee, 2012: XII). A isso concorre muito de sua discussão anterior sobre nacionalismo, democracia e governamentalidade. Porém, percebe-se um reposicionamento da figura do império de contexto a problema em si. Para os fins deste texto, interessa-nos compreender essa prática de poder para atingir duas questões centrais na obra do autor: (1) a relação entre impérios e estados modernos; e (2) em quais sentidos os impérios explicam o presente.

Em sua origem, a discussão marxista sobre o imperialismo carrega o pressuposto de que as determinações do fenômeno passam ao largo das intenções e percepções dos atores, envoltos que estão em ideologias nacionais, religiosas, raciais, entre outras. Não é exagero dizer que esses imperativos econômicos subjacentes definem a apropriação marxista da discussão iniciada por Hobson. Para Chatterjee, por outro lado, o ponto de início é distinto: a representação erigida pelos atores sobre o império confere a dimensão de suas possibilidades históricas. Conforme termos e sentidos são posicionados, as decisões e tarefas de construção imperial se tornam possíveis como expediente da política cotidiana.

Isso não significa que se possa extrair dos registros produzidos por governadores e ideólogos diretamente a intenção do império ou suas propriedades. Mais amplamente, é mediante “complexas formações de discurso” que uma época delimita a inteligibilidade do poder imperial, com “regras e precedentes, preceitos e conselhos, tradições e inovações” (Chatterjee, 2012: 33). Não

há, pois, uma dinâmica própria ao imperialismo alheia, prévia ou subterrânea às narrativas que lhe descrevem e justificam, que fazem as práticas de conquista e governo serem inteligíveis em seu contexto, ainda que não naturais ou consensuais.

Um dos conceitos axiais na obra de Chatterjee é o que ele chama de *regra da diferença colonial* (Chatterjee, 1986, 1993, 2011, 2012). Em poucas palavras, trata-se de uma regra informal pela qual suposições ocidentais sobre o indivíduo, a moral e a política são refratadas em contextos nos quais prevalece o critério da diferença. Ao longo da história moderna, essa refração recebeu múltiplas formas concretas. É possível dizer que as inflexões na regra da diferença colonial acompanham o desenvolvimento do universalismo ocidental. No Século XVI, a incursão dos europeus no Índico, que é uma empreitada comercial e militar por excelência, promove uma modulação da diferença colonial aplicada aos direitos de navegação. Embora os portugueses e holandeses reconhecessem a livre navegação como direito natural, não o admitiam como válido aos estados sul-asiáticos. Ao mesmo tempo em que o direito entre as nações se desenvolve como parâmetro formal de convivência em uma Europa fraturada pela guerra, a expansão imperial cria situações em que esses parâmetros são suspensos. Se a razão humana foi premissa universal para o Século XVIII e o autogoverno constitucional o foi para o XIX, elas deixam de ser premissas autoevidentes no contexto colonial. Quaisquer princípios e regras podem ser flexionados de acordo com a realidade empírica da diferença, sem por isso deixarem de ser universais. Eles são universais até o limite da diferença.

Para compreender a extensão do argumento, é necessário projetar a diferença colonial para além do campo da conquista ou das relações internacionais, alargando-a às práticas cotidianas de governo. É com o estabelecimento de uma administração colonial que a diferença é incrustada na estrutura de estado, interna (na forma como o aparato se organiza) e externamente (na relação que estabelece com a sociedade). A forma como Chatterjee constrói o argumento é sempre próxima à história indiana, mais especificamente quanto às controvérsias colocadas à ocupação britânica no século XIX, como a permissão de que os colonos britânicos pudessem adquirir terras na Índia, a extensão aos indianos do exercício da liberdade de imprensa, a inclusão de locais na burocracia e no sistema judicial e em quais bases, bem como os ideais e dilemas decorrentes da oferta de educação formal (Chatterjee, 2011, 2012).

Ora, não há como apreender o significado dessas questões sem considerar os imperativos concretos da ordem política colonial. Por exemplo, um sistema de recrutamento meritocrático por exames, por sua própria lógica, abriria a

possibilidade de ingresso de indianos no serviço público, o que ameaçava a hierarquia primária do governo colonial. Esse tipo particular de problema inspirou regras especiais para discriminar o acesso à burocracia; mais tarde, uma divisão entre carreiras de elite (exclusivas aos britânicos) e cargos comuns codificou a separação. Já a admissão de juizes nativos significaria que um britânico poderia eventualmente ser julgado por indianos, a menos que um critério específico fosse criado para esses casos. Segundo Chatterjee (1993: 10), “o estado colonial (...) não foi só a agência que trouxe as formas modulares do estado moderno às colônias”, mas uma circunstância específica em que “a premissa de seu poder era (...) a preservação da exotividade (*alienness*) do grupo dirigente”.

Pela regra da diferença colonial não se deve entender uma estrutura subjacente ou estática, nem uma dicotomia reificada entre colonizado e colonizador. Sua forma é plástica porque política: tanto os favoráveis quanto os opositores à compra de terras pelos britânicos, ou à censura especial da imprensa na Índia, brandiam modulações da regra da diferença colonial, flexionavam-na à necessidade, manipulavam seu léxico. A oposição conservadora que se avoluma após a Revolta dos Cipaios em 1857 usa a diferença colonial para deslegitimar o projeto liberal de império até então prevalecente: de uma concepção civilizadora e progressista da diferença inverte-se a um sentido polarizado, culturalmente incomensurável e politicamente irreconciliável (Chatterjee, 2012: 212-218). Essa inflexão tem consequências claras para a governamentalidade britânica na Índia, que atingiria nas últimas décadas do século XIX um perfil muito mais autoritário e racializado.

O que Chatterjee bem sublinha é que tais considerações primam por seu caráter concreto, arbitrado pela realidade imediata. Diante da linguagem abstrata dos direitos individuais e da burocracia, elas interpõem um cálculo da prudência, das circunstâncias, dos riscos e consequências em termos da gestão do império. Segue que uma sociedade heterogênea demandaria práticas heterogêneas de governo, estas calibradas, conforme a inunção, em linhas de raça, religião, casta, localidade, língua ou gênero. Não há manejo adequado das populações por funcionários e dirigentes sem um conhecimento acurado dessas linhas de fratura.

Nesse contexto, a marca mais fundamental do império não está inscrita em suas instituições oficiais, mas na prerrogativa de arbitrar a aplicação concreta da norma ou, mais especificamente, “a prerrogativa imperial é o poder de declarar a exceção colonial” (Chatterjee, 2011: 250). Esse traço decisionista cumpre um papel importante no raciocínio, na medida em que, mesmo a diferença

colonial sendo apropriada de múltiplas e contraditórias maneiras, isso não anula o poder de discernir e moldar critérios de exceção com base nos recursos de governo. *A exceção é o corolário da diferença*. Isso se aplica aos princípios do autogoverno e do governo representativo, que adquirem estatuto de verdade autoevidente no século XIX. Enquanto tais princípios dizem respeito à política como instância universal, a sociedade indiana teria características que a tornam inadequada para tal, exigindo, assim, uma prática específica. Mesmo que a representação seja a melhor forma de governo, é imprudente instituí-la em situações em que não há condições para seu exercício. O império, portanto, funda-se sobre uma “estrutura norma-exceção de justificação” (Chatterjee, 2012: 186).

Por fim, é importante considerar como essa estrutura desemboca no que Chatterjee chama de “estratégias de normalização”, que são intervenções políticas para adequar o empírico à norma. Nesse contexto, é importante perceber como estão em jogo duas acepções distintas de “norma”: uma filosófica, que aponta abstratamente ao bom e ao certo, e outra sociológica, que identifica empiricamente uma tendência central em uma dada população (Chatterjee, 2011: 1-28). Essa última, que o autor rastreia à inovação promovida pelo pensamento utilitarista sobre a legislação, faz a diferença colonial não ser absoluta, mas uma diferença relativa padronizada por indicadores uniformes (demográficos, religiosos, econômicos, linguísticos etc.). É possível descrever a sociedade em termos de sua diferença com relação à norma, o que cria também a régua para sua normalização por meio de políticas governamentais. Historicamente, o que haveria de peculiar ao poder imperial moderno, especialmente no Século XIX, é que ele decide sobre a excepcionalidade no presente enquanto projeta um futuro abstrato em que a diferença se dissipa ao normal. Em outros termos, é constitutivo ao império moderno lidar com a tarefa de melhorar, educar, disciplinar a sociedade colonial a ponto de *virtualmente anular a diferença* sobre a qual este se funda.

Nesse ponto, Chatterjee discute essa pedagogia imperial em duas formas: as técnicas da violência e as técnicas da cultura (Chatterjee, 2011, 2012). É claro como ambas remetem a certa infantilização dos povos governados, cuja capacidade se encontra em potência, a ser efetivada de fora. Para o autor, “a história do imperialismo desde o Século XIX é fundamentalmente caracterizada por debates sobre grau, sequência, combinação e pontos de aplicação das técnicas pedagógicas da violência e da cultura” (Chatterjee, 2012: 187). Um dos fios condutores de seu pensamento político é que o nacionalismo indiano, em seu projeto de realizar a modernidade ocidental contra o ocidente, resguarda e

reproduz esse padrão pedagógico e tutelar, enquanto modo de ação estratégica para elevar os fragmentos da nação ao desempenho competente de cidadão normal (Chatterjee, 1993)⁵.

Voltamos, assim, às duas perguntas iniciais à perspectiva de Chatterjee sobre os impérios modernos, que dizem respeito à sua continuidade histórica para além das independências e à relação conceitual que estabelecem com os estados modernos. A leitura usual sobre estados e impérios os coloca em meridianos opostos, descrevendo a modernidade política pela ascensão dos estados nacionais modernos diante de seus concorrentes, expandindo-se da Europa Ocidental ao resto do mundo (Spruyt, 1994; Mann, 1986; Van Creveld, 2004). Em contraposição, Chatterjee está preocupado em demonstrar que o “império moderno não foi um suplemento aberrante da história da modernidade, mas antes sua parte constitutiva” (Chatterjee, 2012: XI). Para detalhar o argumento, é preciso ter em mente que o estado moderno se define como uma entidade “normalizadora”, no sentido de criar, institucionalizar e subentender parâmetros formais à população, ao espaço, ao tempo e a seus próprios procedimentos, com relação aos cidadãos e a outros estados. Mesmo que nunca alcançada, a normalização opera como uma espécie de finalidade reguladora.

Para que assim fosse, a invenção da diferença colonial foi um elemento crucial. É por meio dela que se estabelece a ressalva prática, concreta, prudencial, que acompanharia essa missão, sempre pendente, de normalização do corpo de cidadãos. Gestada em espaços imperiais, nos quais a diferença colonial instituiu o governo, a prerrogativa da exceção extrapolaria esses contextos estritamente coloniais para iluminar um aspecto abrangente da política moderna (Chatterjee, 2004). Do ponto de vista histórico, o desenvolvimento dessa aspiração política pelo universalismo liberal é mutuamente inteligível com as flexões circunstanciais da regra da diferença. A rigor, o apogeu do imperialismo ocidental coincide, na virada do século XIX para o XX, com a afirmação mais assertiva dos estados modernos como expressão de nações na Europa. Concebendo o império como prática global de poder, *é possível conferir sentido às técnicas da exceção na formação da política moderna.*

Por essa razão, seu significado extrapola a conotação empírica da administração colonial propriamente dita. Tal qual em Harvey, o mundo de países formalmente independentes não encerrou o significado histórico dos impérios.

5 Esse argumento, vale notar, compõe uma espécie de denominador comum aos Estudos Subalternos como movimento intelectual, que identifica nas duas principais correntes políticas da Índia independente (o nacionalismo e o marxismo) uma atualização de motes coloniais e eurocêtricos.

Para Chatterjee (2011), a pedagogia da violência e a pedagogia da cultura permanecem axiais para entender as relações de poder no mundo contemporâneo. Isso vale, sem dúvida, para o militarismo dos Estados Unidos dos anos 2000, que atualizou temas tipicamente coloniais de progresso, diferença e emergência, mas não se limita a ele. Toda a reflexão de Chatterjee sobre a Índia pós-colonial diz respeito à sobrevivência, no imaginário nacionalista e no planejamento estatal, da gestão da diferença sob as formas normalizadas da cidadania.

Isso dito, é forçoso notar que a construção teórica de Chatterjee sobre o império deixa flancos abertos. O primeiro deles são as implicações do argumento fora do contexto sul-asiático. Até certo ponto, é uma crítica avessa ao método pelo qual Chatterjee desenvolveu teoria na maior parte de sua carreira. A forma como encadeia os conceitos não é deduzida por lógica formal, de maneira que o conteúdo da teoria se define no plano nomológico. Sua abordagem opera quase como um transbordamento conceitual do contexto narrativo situado na história indiana e nos discursos documentais que a representam. Mantém-se em primeiro plano “o fato de que o império não é uma categoria universal abstrata flutuando em algum espaço global transcendental” (Chatterjee, 2012: XII). Ainda assim, esse método de elaboração teórica não invalida os problemas de extrapolação e generalização: até que ponto a natureza do “império como prática global de poder” pode ser plenamente apreendida por meio da história da Índia colonial? Isso é mais evidente se levarmos a sério a já mencionada preocupação, impulsionada pela história global, de descentrar a análise sobre os impérios de seus casos mais conhecidos, como é o caso do domínio inglês na Índia.

Em segundo lugar, há um flanco frágil na indeterminação do que se entende por exceção, mormente quando a análise se transpõe para o tempo presente. Não há como negar que, por seu próprio caráter, a exceção não comporta definição substantiva, já que é decisivo justamente o poder de declará-la diante de circunstância específica. Por outro lado, o uso que Chatterjee faz do termo comporta toda a extensão, em sinal contrário, de seu uso de norma. Assim, ele demonstra que a “regra da diferença colonial” está atualizada não só no militarismo, que subverte a soberania como princípio normalizado, mas também nas organizações internacionais engajadas na governança e na assistência ao Terceiro Mundo, ou ainda no interior dessas sociedades. De um lado, há o risco de, por outras vias, restabelecer o problema de Hardt e Negri (2000), em que o “império” aparecia como conglomerado de poder mundial sem limites claros. De outro, se essa saída é descartada, estamos diante de um conjunto bastante vago de interações baseadas na diferença e na exceção. Se determiná-la é uma prerrogativa imperial, a noção de “império” como crítica do presente fica

pulverizada e contingente, como um molde tão flexível que comporta quase qualquer relação de poder.

Os impérios modernos como mediação evanescente

David Harvey e Partha Chatterjee compartilham duas balizas básicas sobre o lugar do imperialismo na modernidade: primeiro, não se trata de um fenômeno exclusivo às Relações Internacionais ou ao militarismo das grandes potências; segundo, sua vigência transcende a delimitação histórica dos impérios modernos, já que haveria mecanismos de transmissão para o contexto pós-colonial. De um lado, Harvey apresenta um argumento causal parcimonioso, capaz de posicionar o imperialismo no vértice expansionista do capitalismo, sem reduzi-lo ao determinismo econômico. De outro, Chatterjee se concentra nos recursos de gestão do império para demonstrar sua centralidade na concepção das formas modernas de governo. Essa seção busca elaborar sobre o conceito de “mediação evanescente” como base de interpolação das duas abordagens, sem redução de parte a parte.

Originalmente, a ideia de “mediação evanescente” foi desenvolvida por Jameson (1973) para captar um traço abrangente do pensamento de Max Weber. Sua aplicação se relaciona com a dinâmica narrativa utilizada por Weber, que seria distinta da abordagem histórica propriamente dita. O processo narrativo é presidido por conceitos em oposição, que se resolvem por mediações típicas (como o “profeta”, enquanto mediação entre o particularismo personalista do “mágico” e o “clérigo” como burocrata religioso).

Para Jameson, o mote da narrativa é deslocar a linearidade da mudança histórica, já que, pela mediação, ocorrem transformações nos termos em operação. No exemplo mais bem acabado, encontramos o papel mediador do protestantismo na formação do capitalismo, ao atribuir uma disciplina metódica aos propósitos últimos da salvação. Na medida em que o rigor monástico atinge todas as esferas da vida, criando condições para uma racionalização dos meios que passa a reger também a vida econômica, essa racionalização pode subsistir independentemente dos fins últimos da religião. Em outras palavras, o calvinismo pode ser suprimido como mediador conforme seu *ethos* é secularizado na vida interior do indivíduo moderno – o que não significa obviamente na supressão do protestantismo em si. Para que a religião medieval pudesse atingir essa racionalização, ela não passou pela negação linear da crença, mas justamente por uma forma extrema de vida religiosa que permitia disciplinar racionalmente a vida material para o propósito da salvação.

Na definição de Jameson, o mediador corresponde a um “portador da mudança social, a ser esquecido uma vez que essa mudança ratificou a realidade das instituições” (Jameson, 1973: 80). Cabe observar, então, em que contexto os impérios modernos exercem esse tipo de mediação, ou seja, de que forma são “um agente catalisador que permite uma troca de energias entre dois termos” (Jameson, 1973: 78), gerando efeitos que subsistem após sua evanescência.

Em primeiro lugar, os impérios permitem a institucionalização da universalidade filosófica como *norma* enquanto desenvolvem as técnicas de exceção que a delimitam. Nenhuma forma política no sistema mundial foi tão bem-sucedida em desenvolver e se aproveitar dessa disjunção entre norma e exceção. Cumpre observar, ademais, que o desenvolvimento dessas técnicas abre um universo de intervenções sobre a vida social, com propósitos diversos; entre estes, elas permitem acelerar, desobstruir e direcionar a acumulação por circuitos exteriores ao mercado capitalista de força de trabalho. A rigor, foi por meio da imitação e da competição entre impérios mundiais que se consolidou historicamente uma afinidade decisiva entre “acumulação por despossessão” e “diferença colonial”. É certo que essa afinidade não pode ser tomada em um sentido demasiadamente rígido, como se sobreposição perfeita houvesse entre os dois termos. Sob o risco de dizer o óbvio, convém esclarecer que nem toda a acumulação por despossessão ocorre onde vigora a diferença colonial, e nem todas as flexões da diferença estão orientadas à acumulação por despossessão. O que convém salientar é a intersecção entre os dois conjuntos, precisamente quando a diferença colonial oferece um gabarito de licenciosidade e justificação para as medidas excepcionais das quais é feita a acumulação por despossessão. Logo, descartada a determinação unilateral, os dois termos estabelecem uma sinergia, uma ligação duradoura: *as linhas de menor resistência à despossessão sistemática são demarcadas pela flexão da regra da diferença colonial*.

Dentre inúmeras razões particulares, essa afinidade foi institucionalizada e difundida por seu sucesso relativo na produção de excedente apropriável em uma sociedade de mercado, vértice dominante dos espaços imperiais modernos. Assim, esse excedente é absorvido na forma de mercadoria, diluindo-se então em um circuito econômico “normal” – no sentido duplo que Chatterjee atribui à “norma”, como ideal e como tendência central. Ao mesmo tempo, os mecanismos reiterativos do governo imperial, ao institucionalizar a diferença como desigualdade arraigada, forjam também as condições objetivas para que o universalismo filosófico seja impraticável e imprudente enquanto tal, a não ser que devidamente mediado. Os impérios foram as formas políticas por excelência de articulação entre norma e exceção, e as oportunidades econômicas

advindas dessa articulação fizeram deles o principal vetor de expansão do capitalismo histórico.

Como dito, é possível identificar na reprodução ampliada os dois significados de “norma”. De um lado, o circuito econômico mediado pelo mercado de trabalho livre constitui uma tendência central em formações sociais capitalistas, de modo que se refere a procedimentos padronizados, regulares, prevaletentes como regra no cotidiano econômico. De outro, a esfera da reprodução ampliada também comporta um sentido normativo. Afinal, é na economia intermediada pelo contrato voluntário de trabalho que se realiza a imagem burguesa de liberdade econômica, em que o auto-interesse dos agentes substitui a coação direta. Por meio da liberdade dos agentes, atinge-se um resultado econômico virtuoso e harmonioso, em que cada segmento é remunerado de acordo com sua contribuição ao produto. Em formações sociais capitalistas, nas quais a produção e a apropriação têm inúmeras dinâmicas secundárias e subordinadas, essa imagem da economia de mercado pura só subsiste no universo *normal* da reprodução ampliada de capital. Dessa maneira, se a reprodução ampliada ocupa o lugar da “norma”, é possível estabelecer que a acumulação por despossessão ocupa o da diferença nos processos expansionistas do capital.

Em segundo lugar, precisamos entender que o ideal normativo de liberdade econômica está arraigado em pressupostos específicos de racionalidade e individualização. Tais pressupostos foram, na tradição filosófica que desemboca na economia política clássica, versados no plano universal como um predicado propriamente humano. A teoria pode deduzir o comportamento econômico dos agentes porque sua racionalidade é uniforme. Sabemos, contudo, que esse universalismo filosófico é também um lugar definido pelo inverso da diferença colonial. Ao suspender os requisitos de autonomia, auto-interesse e racionalidade intrínsecos ao cálculo econômico, a diferença colonial desqualifica para o exercício pleno da liberdade em uma sociedade de mercado. É interessante notar que as análises sobre a diferença colonial tratam quase que exclusivamente das dimensões políticas da liberdade burguesa (os direitos civis e políticos, lastreados na soberania popular), sem maior atenção para a replicação da mesma estrutura para o âmbito econômico. No limite, o trabalho coagido e a escravidão são formas de sujeição daqueles em que não são reconhecidas as faculdades humanas necessárias para a vida mediada pela propriedade privada, pelo mercado e pelo contrato. A antropologia racionalista e utilitarista que subsidia a acumulação *normal* produz sua própria exceção, de modo que abriria espaço para uma acumulação também excepcional em seus métodos. Essa acumulação depende da

coerção extraeconômica, como demonstrou Harvey, já que não estão postas as condições endógenas para sua autorreprodução.

Em síntese, a gestão da diferença colonial no âmbito dos impérios modernos assimilou a administração da produção de valor por mecanismos anteriores e exteriores à reprodução ampliada. Como vimos, uma das características mais cruciais da forma imperial é a diferenciação interna de seu espaço político, de modo que se fez necessária uma expediência específica para lidar com essa heterogeneidade. Da mesma forma, os impérios não presidem um âmbito econômico integrado, mas compósito; não homogêneo, mas hierárquico.

A expropriação, a mercantilização e o trabalho coagido, como formas de driblar os termos da acumulação normal, avançam de forma decisiva e consistente, ainda que não exclusiva, sobre as linhas de fratura da diferença colonial. Na ausência de subjetividade utilitária própria ao mercado livre, turvada por atributos irracionais ou culturais, é preciso uma expediência de força para disciplinar o trabalho, para parcelizar e titular a propriedade fundiária, para colocar em giro recursos entesourados, para mapear riquezas potenciais, para remover povos, comunidades e governos obstantes. Nesse terreno, a liberdade econômica precisa ser suspensa justamente para permanecer como valor universal.

Nos termos de Jameson, pois, o império formal opera como *agente catalisador* da ligação duradoura entre acumulação por despossessão e diferença colonial, que subsiste autonomizada no mundo onde os impérios sucumbiram da “cena histórica” (cf. Jameson, 1973: 78). A estrutura norma-exceção proporciona o terreno mais fértil para a justificação política da acumulação por despossessão. A pedagogia da cultura e pedagogia da violência formam um repertório de técnicas para lidar, no mundo pós-imperial, com situações nas quais a acumulação capitalista precisa ser politicamente imposta. Da mesma maneira, o caráter mundial da acumulação por despossessão só reforça as assimetrias nacionais, culturais, raciais, regionais, de gênero que a diferença colonial representa. O desaparecimento do império moderno não implica, portanto, a dissolução da hierarquia que ele institucionalizou, nem a integração de tudo ao circuito capitalista “normal”. Suprimido o mediador, a afinidade por ele estabelecida se prolonga, autonomiza e atualiza como principal vértice expansivo do sistema.

Considerações finais

Esse artigo faz uma contribuição às tentativas contemporâneas de trabalhar os impérios e o imperialismo com base na teoria crítica (Ballestrin, 2017; Hardt

e Negri, 2001; Slater, 2010), tomando-se aqui a expressão “teoria crítica” em seu sentido amplo e controverso (ver, para maior detalhamento, Borba e Benzaquen, 2020). Identifica um hiato entre a literatura acumulada no marxismo sobre o imperialismo, de um lado, e a onda recente de análises histórico-sociológicas sobre o império como forma política, tributária da crítica ao eurocentrismo e ao nacionalismo metodológico, de outro. Em busca das possibilidades de uma teoria crítica às margens, o artigo é construído como uma proposta de superação dessa distância.

O diálogo entre Partha Chatterjee e David Harvey, por sua vez, não esgota nem resume as conexões possíveis entre os campos, mas pode ser uma amostra de suas potencialidades. Nesse ponto, o artigo firma o argumento de que os impérios modernos fomentaram e institucionalizaram uma afinidade duradoura entre a regra da diferença colonial e a acumulação por despossessão, capaz de subsistir e se desenvolver mesmo em um mundo onde não há impérios formais. Nesse sentido cabe, mesmo que ligeiramente adaptada, a ideia de uma mediação evanescente, já que a ligação confeccionada no bojo dos impérios entre acumulação por despossessão e diferença colonial passa a se autodeterminar, dispensando assim o arcabouço original que a impulsionou. Embora por si só não dê conta de todas as questões relativas aos impérios e o imperialismo, essa chave de interpretação parece promissora para conectar as aventuras militaristas de momento com as formas menos espetaculares de espoliação e discriminação. Na formação imperial do mundo moderno, há ainda explicações a serem desveladas sobre as desigualdades persistentes e seus desdobramentos políticos atuais; ignorá-lo é deixar o campo aberto aos discursos conservadores de reabilitação do governo imperial como indutor de progresso e estabilidade.

Referências

- AMIN, Samir. *Imperialism and unequal development*. New York, Monthly Review Press, 1977.
- ARRIGHI, Giovanni. *The long twentieth century: money, power, and the origins of our times*. London, Verso, 1994.
- BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? o elo perdido do giro decolonial. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio Janeiro, v. 60, n. 2, 2017, pp. 505-540.
- BAYLY, Christopher Allan. *The birth of modern world (1780-1914): global connections and comparisons*. Oxford, Blackwell Publishing, 2004.

- BENTON, Lauren. *Law and colonial cultures: legal regimes in world history, 1400-1900*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.
- BENZAQUEN, Guilherme e BORBA, Pedro. Framing human insecurity between dispossession and difference. In: CAVALCANTI, Roxana; SQUIRES, Peter e WASSEM, Zoha (Orgs.). *Southern and postcolonial perspectives on policing, security and social order*. Bristol, Bristol University Press, 2023, pp. 286-303.
- BORBA, Pedro e BENZAQUEN, Guilherme. Teoria crítica nas margens: um diálogo entre marxismo e pós-colonialismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 35, n. 103, 2020, pp. 1-17.
- BRENNER, Robert. What is, and what is not, imperialism?. *Historical materialism*. Londres, v. 14, n. 4, 2006, pp. 79-105.
- BREWER, Anthony. *Marxist theories of imperialism: a critical survey*. London, Routledge, 2001.
- CHATTERJEE, Partha. *Lineages of political society: studies in postcolonial democracy*. New York, Columbia University Press, 2011.
- CHATTERJEE, Partha. *Nationalist thought and the colonial world: a derivative discourse?*. London, Zed Books, 1986.
- CHATTERJEE, Partha. *Politics of the governed: reflections on popular politics in most of the world*. Nova York, Columbia University Press, 2004.
- CHATTERJEE, Partha. Prelude: land and the political management of primitive accumulation. In: D’COSTA, Anthony e CHAKRABORTY, Achin (Eds.). *The land question in India: state, dispossession, and capitalist transition*. Oxford, Oxford University Press, 2017.
- CHATTERJEE, Partha. *The black hole of empire: history of a global practice of power*. Princeton, Princeton University Press, 2012.
- CHATTERJEE, Partha. *The nation and its fragments: colonial and postcolonial histories*. Princeton, Princeton University Press, 1993.
- CHIBBER, Vivek; WEINSTEIN, Barbara e CHATTERJEE, Partha. Debate: Marxism and the legacy of subaltern studies – historical materialism. *Youtube*, 2013. Disponível em: <<https://youtu.be/xbM8HJrxSJ4>>. Acesso em: 17 abr. 2023.
- COOPER, Frederick. *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 2005.
- CREVELD, Martin van. *A ascensão e declínio do estado*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.
- DARWIN, John. *Ascensão e queda dos impérios globais, 1400-2000*. Lisboa, Edições 70, 2015.
- ESHERICK, Joseph; KAYALI, Hasan e VAN YOUNG, Eric (Eds.). *Empire to nation: historical perspectives on the making of the modern world*. Lanham/Boulder, Rowman & Littlefield Publishers, 2006.

- FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro, EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- FOSTER, John Bellamy. O redescobrimto do imperialismo. In: BORÓN, Atilio; AMADEO, Javier e GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs.) *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires, CLACSO, 2007, pp. 431-448.
- FURNO, Juliane. *Imperialismo: uma introdução econômica*. Rio de Janeiro, Da Vinci Livros, 2022.
- GALTUNG, Johan. A structural theory of imperialism. *Journal of peace research*. Thousand Oaks, v. 8, n. 2, 1971, pp. 81-117.
- GILLEY, Bruce. The case for colonialism. *Third World Quarterly*. Londres, 2017, pp. 1-18.
- HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001.
- HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. New York, Oxford University Press, 2005.
- HARVEY, David. A commentary on a theory of imperialism. In: PATNAIK, Utsa e PATNAIK, Prabhat. *A theory of imperialism*. New York, Columbia University Press, 2017a.
- HARVEY, David. In what ways is “the new imperialism” really new?. *Historical Materialism*. Londres, v. 15, n. 3, 2007, pp. 57-70.
- HARVEY, David. Imperialism: is still a relevant concept?. *The New School*, 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/nRvcGP1ALvI>>. Acesso em: 17 abr. 2023.
- HARVEY, David. *O Novo imperialismo*. São Paulo, Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, David. *Spaces of capital: towards a critical geography*. Edinburgh, Edinburgh University Press, 2001.
- HARVEY, David. *The limits to capital*. London, Verso, 2006.
- HARVEY, David. *The new imperialism*. New York, Oxford University Press, 2003.
- HEINZE, Robert. Colonial revisionism: German edition. *Africa is a Country*, 22 jan. 2020. Disponível em: <<https://africasacountry.com/2020/01/colonial-revisionism-in-germany>>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- JAMESON, Fredric. The vanishing mediator: narrative structure in Max Weber. *New German Critique*. Durham, n. 1, 1973, pp. 52-89.
- JORDHEIM, Helge e NEUMANN, Iver. Empire, imperialism and conceptual history. *Journal of International Relations and Development*. Londres, v. 14, n. 2, 2011, pp. 153-185.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.
- MAGDOFF, Harry. *The age of imperialism: the economics of US foreign policy*. New York, NYU Press, 1969.
- MANN, Michael. *Sources of social power: a history of power from the beginning to AD 1760*. v. 1. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.
- MARX, Karl. *O Capital: Livro I*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013.

SLATER, David. The imperial present and the geopolitics of power. *Geopolítica(s)*.

Pozuelo de Alarcón, v. 1, n. 2, 2010, pp. 191-205.

SPRUYT, Hendrik. *The Sovereign State and Its Competitors*. Nova Jersey, Princeton, 1994.

Submetido em 21 de abril de 2023

Aceito em 14 de março de 2024

Como citar este artigo:

BORBA, Pedro dos Santos de; BENZAQUEN, Guilherme Figueredo. Império e imperialismo na teoria política contemporânea: repensando o elo entre acumulação e diferença com base em Partha Chatterjee e David Harvey. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.14, p. 1-24, e141241, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14244/contemp.v14.1241>